

ANEXO DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PRESTAÇÃO DE CONTAS INDIVIDUAL 2024



Balanço em 31 de dezembro de 2024

RUBRICAS	NOTAS	DATA	
		31/12/2024	31/12/2023
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5	225 285 010,37	222 604 756,11
Ativos intangíveis	3	104 343,12	156 609,98
Investimentos Participações financeiras	18	22 334 745,06	23 092 722,58
Clientes, contribuintes e utentes	09/18	131 016,59	9 566,15
Outras contas a receber	18	9 714,91	28 094,16
		247 864 830,05	245 891 748,98
Ativo corrente			
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis	9/18	12 868,38	
Clientes, contribuintes e utentes	9/18	435 175,52	375 778,05
Outras contas a receber	18	13 271 928,89	13 997 080,20
Diferimentos	23	384 323,54	498 502,64
Caixa e depósitos	1	15 101 894,22	14 486 577,63
		29 206 190,55	29 357 938,52
Total do ativo		277 071 020,60	275 249 687,50
PATRIMÓNIO LÍQUIDO			
Património/Capital	23	66 939 524,14	66 939 524,14
Reservas	23	1 900 674,94	1 900 674,94
Resultados transitados	23	153 121 697,91	153 362 783,18
Ajustamentos em ativos financeiros	23	22 138 739,01	22 220 653,83
Outras variações no património líquido	23	21 331 400,79	18 765 728,29
Resultado líquido do período	23	(1 686 236,49)	(241 085,27)
Total do Património Líquido		263 745 800,30	262 948 279,11
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Provisões	15	477 755,24	431 041,30
Financiamentos obtidos	18	859 082,99	1 316 061,37
Diferimentos	18	3 695 444,26	3 755 772,22
Outras contas a pagar	18	981 449,40	955 540,81
		6 013 731,89	6 458 415,70
Passivo corrente			
Fornecedores	18	247 812,04	2 065,17
Estado e outros entes públicos	18	451 771,81	435 463,61
Financiamentos obtidos	18	458 586,16	554 775,09
Fornecedores de investimentos	18	8 865,81	
Outras contas a pagar	18	3 791 434,84	3 628 018,32
Diferimentos	23	2 353 017,75	1 222 670,50
		7 311 488,41	5 842 992,69
Total do Passivo		13 325 220,30	12 301 408,39
Total do Património Líquido e Passivo		277 071 020,60	275 249 687,50

ANEXO DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PRESTAÇÃO DE CONTAS INDIVIDUAL 2024



Demonstração de resultados por natureza em 31 de dezembro de 2024

RUBRICAS	NOTAS		PERÍODO	
			2024	2023
Impostos, contribuições e taxas	13/14	+	30 171 811,45	28 009 033,89
Vendas	13	+	8 462,00	
Prestações de serviços e concessões	13	+	6 813 776,94	6 226 459,01
Rendimentos/Gastos imputados de entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos	13/23	+/-	(676 062,70)	(655 581,80)
Transferências e subsídios correntes obtidos	14	+	15 716 500,11	13 600 237,87
Fornecimentos e serviços externos	23	-	(15 878 454,56)	(13 712 240,52)
Gastos com pessoal	19	-	(20 804 507,74)	(19 917 454,54)
Transferências e subsídios concedidos	23	-	(9 306 685,01)	(6 384 361,64)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	9/23	+/-	(50 825,05)	(287 130,53)
Provisões (aumentos/reduções)	15	+/-	(46 713,94)	(40 360,98)
Outros rendimentos e ganhos	23	+	1 853 847,63	1 289 438,27
Outros gastos e perdas	23	-	(2 504 137,19)	(1 637 072,72)
Resultados antes de depreciações e gastos de financiamento			5 297 011,94	6 490 966,31
Gastos/reversões de depreciação e amortização	3/5/23	+/-	(6 901 180,65)	(6 666 051,72)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento)			-1 604 168,71	(175 085,41)
Juros e rendimentos similares obtidos	23	+	13 165,96	13 155,21
Juros e gastos similares suportados	23	-	(95 233,74)	(79 155,07)
Resultado antes de impostos			(1 686 236,49)	(241 085,27)
Imposto sobre o rendimento				
Resultado líquido do período			-1 686 236,49	-241 085,27

ANEXO DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PRESTAÇÃO DE CONTAS INDIVIDUAL 2024



Demonstração das alterações no Património Líquido em 31 de dezembro de 2024

DESCRIÇÃO	NOTAS	Capital/ Património Realizado	Outros instrumentos de capital próprio	Reservas	Resultados transitados	Ajustamentos em ativos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações no património líquido	Resultado líquido do período	TOTAL	Interesses que não controlam	Total do património líquido
POSIÇÃO NO INICIO DO PERÍODO	(1)	66 939 524,14		1 900 674,94	153 362 783,18	22 220 653,83		18 765 728,29	(241 085,27)	262 948 279,11		262 948 279,11
ALTERAÇÕES NO PERÍODO												
Ajustamento de transição de referencial contabilístico												
Alterações de políticas contabilísticas												
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras												
Realização do excedente de revalorização												
Excedentes de revalorizações e respetivas variações								309 944,11		309 944,11		309 944,11
Transferências e subsídios de capital												
Correção de erros materiais												
Outras alterações reconhecidas no Património Líquido					(241 085,27)	(81 914,82)		2 255 728,39	241 085,27	2 173 813,57		2 173 813,57
	(2)	0,00	0,00	0,00	(241 085,27)	(81 914,82)	0,00	2 565 672,50	241 085,27	2 483 757,68		2 483 757,68
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	(3)								(1 686 236,49)	(1 686 236,49)		(1 686 236,49)
RESULTADO INTEGRAL	(4) = (2) + (3)								(1 445 151,22)	797 521,19		797 521,19
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO												
Realizações de capital/património												
Entradas para coberturas de perdas												
Outras operações												
	(5)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO	(6) = (1) + (2) + (3) + (5)	66 939 524,14		1 900 674,94	153 121 697,91	22 138 739,01		21 331 400,79	-1 686 236,49	263 745 800,30		263 745 800,30

Demonstração dos fluxos de caixa em 31 de dezembro de 2024

RUBRICAS			NOTAS	Períodos	
				31/12/2024	31/12/2023
Fluxos de caixa das atividades operacionais					
Recebimentos de clientes		+		5 775 518,75	5 675 920,52
Recebimento de contribuintes		+		24 324 473,69	20 344 908,52
Recebimentos de transferências e subsídios correntes				15 916 758,72	13 567 550,98
Recebimento de utentes		+		5 278 123,19	4 066 757,98
Pagamentos a fornecedores		-		(15 506 014,12)	(13 682 211,83)
Pagamentos ao pessoal		-		(20 778 610,79)	(19 650 309,19)
Pagamentos de transferências e subsídios		-		(9 287 254,99)	(6 384 595,12)
Caixa gerada pelas operações		+/-		5 722 994,45	3 938 021,86
Outros recebimentos/Pagamentos		+/-		(741 687,48)	(562 680,42)
Fluxos de caixa das atividades operacionais	(a)	+/-		4 981 306,97	3 375 341,44
Fluxos de caixa das atividades de investimento					
Pagamentos respeitantes a:					
Activos fixos tangíveis		-		(5 456 531,03)	(5 982 999,12)
Activos intangíveis		-			
Recebimentos provenientes de:					
Activos fixos tangíveis		+		35 187,00	
Outros activos		+		26 364,98	8 997,68
Transferências de capital		+		1 652 800,40	1 316 471,71
Fluxos de caixa das atividades de investimento	(b)	+/-		(3 742 178,65)	(4 657 529,73)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento					
Recebimentos provenientes de:					
Outras operações de financiamento		+			
Pagamentos respeitantes a:					
Financiamentos obtidos		-		(553 167,38)	(628 178,13)
Juros e gastos similares		-		(70 644,35)	(57 692,66)
Outras operações de financiamento		-			
Fluxos de caixa das atividades de financiamento	(c)			(623 811,73)	(685 870,79)
Variação de caixa e seus equivalentes	(a)+(b)+(c)			615 316,59	(1 968 059,08)
Efeito das diferenças de câmbio		+/-			
Caixa e seus equivalentes no início do período		+/-		14 486 577,63	16 454 636,71
Caixa e seus equivalentes no fim do período		+/-		15 101 894,22	14 486 577,63
CONCILIAÇÃO ENTRE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES E SALDO DE GERÊNCIA					
Caixa e seus equivalentes no início do período				14 486 577,63	16 454 636,71
- Equivalentes a caixa no início do período				(2 000 000,00)	(2 000 000,00)
+ Parte do saldo de gerência que não constitui equivalentes de caixa					
-Variações cambiais de caixa no início do períodoso					
= Saldo da gerência anterior				12 486 577,63	14 454 636,71
De execução orçamental				11 503 381,53	13 567 866,66
De operações de tesouraria				983 196,10	886 770,05
Caixa e seus equivalentes no fim do período				15 101 894,22	14 486 577,63
- Equivalentes a caixa no fim do período				(2 000 000,00)	(2 000 000,00)
+ Parte do saldo de gerência que não constitui equivalentes de caixa					
- Variações cambiais de caixa no fimdo períodoso					
= Saldo da gerência seguinte				13 101 894,22	12 486 577,63
De execução orçamental				12 091 632,93	11 503 381,53
De operações de tesouraria				1 010 261,29	983 196,10

Nota 1 - Identificação da entidade, período de relato e referencial contabilístico

O detalhe dos valores constantes em Caixa e Depósitos Bancários é o seguinte:

Conta	Designação	31/12/2024	31/12/2023
111	Caixa	2 117,74 €	2 319,67 €
	Depósitos à ordem		
122	Depósitos bancários à ordem	12 089 515,19 €	11 501 061,86 €
	Outros depósitos		
131	Depósitos a prazo	2 000 000,00 €	2 000 000,00 €
133	Depósitos de garantias e cauções	1 010 261,29 €	983 196,10 €
TOTAL		15 101 894,22 €	14 486 577,63 €

Para as mesmas datas, os valores da execução orçamental e de operações de tesouraria, apresentam-se conforme segue:

Designação	31/12/2024	31/12/2023
- Execução orçamental	12 091 632,93	11 503 381,53
- Operações de tesouraria	1 010 261,29	983 196,10
Saldo da gerência	13 101 894,22 €	12 486 577,63 €

Nota 2 - Principais políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

2.1 - Apresentação apropriada e conformidade com as NCP

As presentes demonstrações financeiras apresentam de forma apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da entidade. Representam de forma fiel os efeitos das transações, outros acontecimentos e condições, de acordo com a definição e critérios de reconhecimento de ativos, passivos, rendimentos e gastos estabelecidos na estrutura concetual e nas Normas de Contabilidade Pública (NCP).

➤ Informação Comparativa

A informação comparativa foi divulgada com respeito ao período anterior para grande parte das quantias relatadas nas demonstrações financeiras.

Respeitando o Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas foram adotadas de maneira consistente ao longo do tempo. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação serão divulgadas, tendo em conta:

- a) A natureza da reclassificação;
- b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada;
- c) Razão para a reclassificação.

➤ Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação, quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante.

➤ Materialidade e Agregação

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. Cada classe material de itens semelhantes é apresentada separadamente nas demonstrações financeiras. Os itens de natureza ou função dissemelhante serão apresentados separadamente, a menos que sejam imateriais.

➤ Compensação

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não foram sujeitos a compensações, exceto os que forem exigidos por NCP.

➤ Continuidade

Com base na informação disponível e expectativas futuras, o Câmara Municipal de Montijo, continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade, de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações.

➤ Juizados de valor críticos e principais fontes de incerteza associadas a estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

As notas cuja numeração se encontra ausente deste anexo não são aplicáveis à Câmara Municipal de Montijo ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das demonstrações financeiras.

2.2 - Principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas definidas pelo Órgão de Gestão, foram as seguintes:

a) Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis adquiridos encontram-se registados ao seu custo de aquisição de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites, deduzido das depreciações acumuladas.

As depreciações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo e bens, adotando-se o Classificador complementar 2 (CC2)

As vidas úteis e método de depreciação dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração referente às vidas uteis de depreciação será reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

As despesas de conservação e reparação que não aumentem a vida útil dos ativos, nem resultem em benfeitorias ou melhorias significativas nos elementos dos ativos fixos tangíveis foram registadas como gastos do exercício em que ocorrem.

Caso existam ativos fixos tangíveis em curso, os mesmos representam ativos que ainda não se encontram em condições necessárias ao seu funcionamento/utilização. Estes ativos fixos tangíveis passarão a ser depreciados a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam

disponíveis para uso e nas condições necessárias para operar de acordo com o pretendido pela gestão.

O desreconhecimento dos ativos fixos tangíveis, resultantes da venda ou abate são determinados pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação ou abate, sendo registados na demonstração dos resultados nas rubricas «Outros rendimentos e ganhos» ou «Outros gastos e perdas».

a) ativos intangíveis

Os ativos intangíveis adquiridos, são registados ao custo de aquisição (justo valor na data de aquisição), deduzidos das amortizações acumuladas e imparidades.

As depreciações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo e bens, adotando-se o Classificador complementar 2 (CC2).

As vidas úteis e método de depreciação dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas será reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

b) Imparidades de ativos fixos tangíveis e intangíveis e propriedades de investimento

Em cada data de relato é efetuada uma revisão das quantias escrituradas, com vista a determinar se existe algum indicador de que os mesmos possam estar em imparidade. Se existir algum indicador, é estimada a quantia recuperável dos respetivos ativos (ou da unidade geradora de caixa) a fim de determinar a extensão da perda por imparidade (se for o caso).

c) Participações Financeiras

Os investimentos financeiros em subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas podem ser mensurados em conformidade com a NCP 18 (justo valor ou ao custo) ou ao método da equivalência patrimonial conforme previsto na NCP 23.

Pelo método do custo, o investimento é reconhecido inicialmente pelo seu custo de aquisição, sendo subsequentemente ajustado de quaisquer perdas por imparidade.

Pelo método da equivalência patrimonial, a quantia escriturada é aumentada ou diminuída para reconhecer a evolução da quota-parte da investidora nos resultados da participada depois da data da aquisição. A quota-parte da investidora nos resultados da participada é reconhecida nos

resultados da investidora. As distribuições recebidas reduzem a quantia escriturada do investimento. O valor final da participação financeira irá incluir o valor determinado pela aplicação do método da equivalência patrimonial juntamente com quaisquer interesses de longo prazo que, em substância, façam parte do investimento líquido da investidora na participada.

O Câmara Municipal de Montijo seguirá o método do custo e da equivalência patrimonial para valorização dos seus investimentos financeiros.

d) Rédito e regime do acréscimo

Nos rendimentos de transações com contraprestação, o rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pelas vendas e prestações de serviços decorrentes da atividade normal da Câmara Municipal de Montijo, na data da prestação dos serviços ou se periódicos, no fim do período a que dizem respeito.

Nos rendimentos de transações sem contraprestação, o rédito é reconhecido quando os acontecimentos ocorrem, sendo mensurados ao justo valor à data de aquisição.

Observou-se o disposto nas NCP 13 e 14, dado que o rédito só foi reconhecido por ter sido razoavelmente mensurável, e seja provável que se obtenham benefícios económicos futuros e todas as contingências relativas tenham sido substancialmente resolvidas.

e) Transferências e subsídios

As transferências do Estado para os municípios no âmbito do Fundo de Equilíbrio Financeiro Capital previsto na Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro e a que o Município tem direito são reconhecidas no património líquido.

Sempre que se configurar possível a afetação dessas verbas a um ou mais ativos depreciables ou amortizável, afetação, a transação para resultados equipara-se a um subsídio ou transferência consignada, pelo que, numa base sistemática, procede-se à Imputação, à medida que forem contabilizadas as amortizações ou depreciações dos ativos subjacentes na respetiva proporção.

Um subsídio só é reconhecido quando haja segurança razoável de que a entidade cumprirá as condições a ele associadas, e que o subsídio será recebido.

Os subsídios não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis e ativos intangíveis são inicialmente reconhecidos em diferimentos e no momento em que se consideram cumpridas as

condições, são transferidos para o património líquido (outras variações do património líquido) e, subsequentemente:

- Os que respeitam a ativos fixos tangíveis depreciables e ativos intangíveis amortizáveis devem ser imputados numa base sistemática como rendimentos de forma que sejam balanceados com os gastos relacionados que se pretende que eles compensem;

Os que respeitem a ativos fixos tangíveis não depreciables e ativos intangíveis amortizáveis devem ser mantidos no património líquido, exceto se a respetiva quantia for necessária para compensar qualquer perda por imparidade.

f) Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros encontram-se valorizados de acordo com os seguintes critérios:

- Clientes e outras dívidas de terceiros

As contas "clientes" e "outras contas a receber" estão reconhecidas pelo seu valor nominal diminuído de eventuais perdas por imparidades, para que as mesmas reflitam o seu valor realizável líquido.

Os valores refletidos no Balanço a título de “Clientes” e Outros Valores a Receber, respeitam a saldos por receber de prestações de serviços, vendas e apoios contratuais acordados, para além de contratos de financiamento homologados já em execução (para os quais foi solicitado pedidos de pagamento) ou a aguardar o seu início ou execução.

A imparidade das contas a receber é estabelecida quando há evidência objetiva de que a autarquia não receberá a totalidade dos montantes em dívida conforme as condições originais das suas contas a receber

- Fornecedores e outras dívidas a terceiros

As contas a pagar a fornecedores e outros terceiros, que não vencem juros, são registadas pelo seu valor nominal, que é equivalente ao seu justo valor.

- Financiamentos bancários (empréstimos)

Os financiamentos são registados no passivo pelo custo. Os financiamentos são classificados como passivo corrente, a não ser que a Entidade tenha o direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por mais 12 meses após a data de relato, caso em que serão incluídos em passivos não correntes pelas quantias que se vencem para além deste prazo.

- Periodizações

As transações são contabilisticamente reconhecidas quando são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas «Outras contas a receber e a pagar» e «Diferimentos».

- Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica caixa e seus equivalentes, correspondem aos valores em caixa e depósitos.

g) Provisões e Passivos Contingentes

Uma provisão só é reconhecida quando, cumulativamente:

- Tem uma obrigação presente (legal ou construtiva) como resultado de um acontecimento passado;
- É provável que seja exigido um exfluxo de recursos incorporando benefícios económicos ou potencial de serviço para pagar essa obrigação;
- Pode ser feita uma estimativa fiável da quantia dessa obrigação.

Uma **provisão** é mensurada pela melhor estimativa do dispêndio exigido para liquidar a obrigação presente à data de relato. A melhor estimativa corresponde à quantia que a Câmara Municipal de Montijo racionalmente pagaria para liquidar a obrigação à data de relato ou para a transferir para um terceiro nessa data.

As estimativas do desfecho e do efeito financeiro são determinadas pelo julgamento do órgão de gestão, tendo em consideração a experiência de transações similares e, em alguns casos, os relatórios de peritos independentes, nomeadamente do mandatário judicial.

As provisões são revistas em cada data de relato e ajustadas para refletirem a melhor estimativa corrente. Se deixar de ser provável que é necessário um exfluxo de recursos incorporando benefícios económicos ou potencial de serviço para liquidar a obrigação, a

provisão deve ser revertida. Uma provisão apenas é utilizada para dispêndios relativamente aos quais foi originalmente reconhecida.

Se tivermos perante um **passivo contingente**, o mesmo não é reconhecido, sendo sujeito a divulgação, exceto se for remota a possibilidade de um exfluxo de recursos incorporando benefícios económicos ou potencial de serviço.

Os passivos contingentes são continuamente avaliados para determinar se um exfluxo de recursos incorporando benefícios económicos ou potencial de serviço se tornou provável. Quando se torna provável, deve ser reconhecida uma provisão nas demonstrações financeiras desse período.

Nota 3 - Ativos intangíveis

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

AI	Projetos de desenvolvimento	Programas de computador e sistemas de informação
Taxas de amortização	33,33%	33,33%
Métodos de amortização	linha reta	linha reta

Em 2024, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos intangíveis encontra-se nos quadros seguintes:

3.1 - Ativos Intangíveis - variação das amortizações e perdas por imparidades acumuladas.

Rubricas		Início do Período				Fim do Período			
		Quantia Bruta	Amortizações acumuladas	Perdas por imparidade acumuladas	Quantia Escriturada	Quantia Bruta	Amortizações acumuladas	Perdas por imparidade acumuladas	Quantia Escriturada
442	Projetos de desenvolvimento	15 848,31	15 848,31	0,00	0,00	15 848,31	15 848,31	0,00	0,00
443	Programas de computador e sistemas de informação	1 091 327,68	934 717,70	0,00	156 609,98	1 127 418,12	1 023 075,00	0,00	104 343,12
TOTAL		1 107 175,99	950 566,01	0,00	156 609,98	1 143 266,43	1 038 923,31	0,00	104 343,12

3.2 - Ativos Intangíveis – quantia escriturada e variações do período.

Rubricas	Quantia escriturada inicial	Variações						Quantia escriturada final
		Adições	Transferências internas	Revalorizações	Reversão de Perdas por imparidade	Amortizações do período	Diminuições	
443 Programas de computador e sistemas de informação	156 609,98	36 090,44	0,00	0,00	0,00	-88 357,30		104 343,12
TOTAL	156 609,98	36 090,44	0,00	0,00	0,00	-88 357,30	0,00	104 343,12

3.3 - Ativos Intangíveis – adições.

Rubricas	Adições									Total
	Internas	Compra	Cessão	Transfer. ou troca	Doação	Dação em pagamento	Locação fin.	Fusão, cisão, ...	Outras	
443 Programas de computador e sistemas de informação	0,00	36 090,44	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		36 090,44
TOTAL	0,00	36 090,44	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	36 090,44

Nota 4 - Acordos de concessão de serviços: concedente

No quadro seguinte encontram-se descritos os contratos de concessão, com todos os elementos fundamentais. Não há lugar a qualquer pagamento, há sim lugar a recebimentos.

Contrato de Concessão	Concessionário	Ativo de concessão	Período de Concessão	Valor do contrato	Pagamentos ao Concessionário		
					Anos anteriores	Ano corrente	Anos futuros
Exploração da concessão de distribuição de electricidade em baixa tensão	E-REDES-DISTRIBUIÇÃO DE ELECTRICIDADE S.A	-	20 Anos	-	-	-	-

ANEXO DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PRESTAÇÃO DE CONTAS INDIVIDUAL 2024



No quadro seguinte apresenta-se a informação provisória enviada pela E-Redes.

	Valor aquisição	Depreciação acumulada	Valor líquido
Imobilizado em exploração	24 230 500,13 €	-17 652 702,32 €	6 577 797,81 €
Chegadas aéreas	966 166,96 €	- 868 064,55 €	98 102,41 €
Chegadas subterrâneas	2 645 299,55 €	- 1 558 485,24 €	1 086 814,31 €
Contadores e acessórios	3 909 413,40 €	- 2 955 662,51 €	953 750,89 €
Contadores	1 350 501,39 €	- 1 329 773,17 €	20 728,22 €
Outro equipamento	1 022 719,84 €	- 914 497,11 €	108 222,73 €
Eq. Telegestão Energia EDP Box	1 536 192,17 €	- 711 392,23 €	824 799,94 €
Iluminação pública	3 770 114,52 €	- 2 651 940,06 €	1 118 174,46 €
Postos Transformação e Seccionamento	5 609 665,77 €	- 3 752 246,68 €	1 857 419,09 €
Redes aéreas	4 008 604,86 €	- 3 312 444,74 €	696 160,12 €
Redes subterrâneas	3 321 235,07 €	- 2 553 858,54 €	767 376,53 €
Subsídios ao investimento	-13 557 407,64 €	10 675 054,09 €	-2 882 353,55 €
Chegadas aéreas	- 513 857,32 €	462 330,99 €	- 51 526,33 €
Chegadas subterrâneas	- 2 448 958,38 €	1 450 640,80 €	- 998 317,58 €
Contadores e acessórios	- 784 056,94 €	769 750,64 €	- 14 306,30 €
Contadores	- 608 825,62 €	608 708,29 €	- 117,33 €
Outro equipamento	- 174 544,83 €	160 824,99 €	- 13 719,84 €
Eq. Telegestão Energia EDP Box	- 686,49 €	217,36 €	- 469,13 €
Iluminação pública	- 2 838 496,97 €	2 152 253,08 €	- 686 243,89 €
Postos Transformação e Seccionamento	- 1 922 057,86 €	1 472 401,31 €	- 449 656,55 €
Redes aéreas	- 2 426 600,03 €	2 223 163,23 €	- 203 436,80 €
Redes subterrâneas	- 2 623 380,14 €	2 144 514,04 €	- 478 866,10 €
Total	10 673 092,49 €	- 6 977 648,23 €	3 695 444,26 €

Rubrica	Valor
Valor líquido AFT	6 577 797,81 €
Diferimento de rendimento	3 695 444,26 €

Atualmente a autarquia tem em vigor as seguintes concessões:

O contrato referido no quadro anterior, já teve o seu término, sendo que confere o direito a recebimentos à CMM e não têm qualquer pagamento associado, exceto em caso de resgate da concessão ou não têm qualquer pagamento associado, exceto em caso de resgate da concessão ou de não atribuição de nova concessão.

A Orientação Técnica n.º 1 da Comissão de Normalização Contabilística (CNC), aprovada pelo Comité de Normalização Contabilística Público (CNCP) da Comissão Executiva (CE) da CNC em 18 de fevereiro de 2025, aborda o tratamento contabilístico dos contratos de concessão de distribuição de energia elétrica em baixa tensão (BT) celebrados entre os municípios e a E-Redes, S.A. Esses contratos, estabelecidos conforme o Decreto-Lei n.º 344-B/82 e suas alterações, sendo que para assegurar a continuidade dos serviços até a implementação de novas concessões previstas para 2026, muitos municípios prorrogaram esses contratos.

A orientação destaca que, conforme a Norma de Contabilidade Pública (NCP) 4, os municípios, na qualidade de concedentes, devem reconhecer os ativos relacionados com a concessão se controlarem ou regularem os serviços prestados e tiverem direito a benefícios económicos futuros desses ativos, mas apenas se tiverem informação para o efeito, sendo que geralmente essa informação nem sempre é enviada de forma completa e atempada. Além disso, a renda paga pela E-Redes aos municípios pela exploração da concessão deve ser reconhecida como rendimento ao longo do período da concessão.

No caso específico da Câmara Municipal do Montijo (CMM), em 2021, foram reconhecidos pela primeira vez os ativos em concessão à E-Redes, com atualizações subsequentes baseadas em dados de 2024. Esse reconhecimento deve-se ao facto da CMM entender possuir informações suficientes para identificar e mensurar esses ativos, alinhando-se às diretrizes da NCP 4 e da Orientação Técnica n.º 1 da CNC.

O rendimento diferido corresponde ao montante dos ativos fixos tangíveis líquido de depreciações e que tenham sido encargo da E-Redes e que em caso de resgate da concessão ou não renovação, existe uma indemnização a pagar de montante sensivelmente semelhante. A autarquia não considera este montante como passivo financeiro, dado que pretende realizar um novo contrato de concessão nos termos da legislação que está ainda por aprovar.

Nota 5 - Ativos fixos tangíveis

Os bens do ativo fixo tangível foram mensurados pelo seu custo e o gasto de depreciação dos ativos inicia quando fica disponível para uso e cessa quando o ativo é desreconhecido. A autarquia utiliza o método das quotas constantes (ou da linha reta) para calcular as depreciações.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

AFT	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e Outras Construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento Administrativo	Outros ativos fixos tangíveis
Taxas de depreciação		5,00%	entre 5% e 20%	25,00%	12,50%	entre 2% e 25%
Métodos de depreciação	linha reta	linha reta	linha reta	linha reta	linha reta	linha reta

5.1 - Ativos fixos tangíveis – variação das depreciações e perdas por imparidades acumuladas.

Rubricas	Início do Período				Fim do Período			
	Quantia Bruta	Depreciações acumuladas	Perdas por imparidade acumuladas	Quantia Escriturada	Quantia Bruta	Depreciações acumuladas	Perdas por imparidade acumuladas	Quantia Escriturada
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural								
Terrenos e recursos naturais	16 069 987,28	0,00	0,00	16 069 987,28	16 263 009,47	0,00	0,00	16 263 009,47
Edifícios e outras construções	7 979 609,50	1 889 821,55	0,00	6 089 787,95	8 118 182,46	2 167 721,80	0,00	5 950 460,66
Infraestruturas	77 398 637,91	16 479 035,73	0,00	60 919 602,18	80 056 091,01	19 039 043,81	0,00	61 017 047,20
Património histórico, artístico e cultural	58 537,60	0,00	0,00	58 537,60	58 994,60	0,00	0,00	58 994,60
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Bens de domínio público em curso	154 760,00	0,00	0,00	154 760,00	75 261,05	0,00	0,00	75 261,05
	101 661 532,29	18 368 857,28	0,00	83 292 675,01	104 571 538,59	21 206 765,61	0,00	83 364 772,98
Ativos fixos em concessão								
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Infraestruturas	23 519 464,75	17 210 049,46	0,00	6 309 415,29	24 230 500,13	17 652 702,32	0,00	6 577 797,81
Património histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos fixos em concessão em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	23 519 464,75	17 210 049,46	0,00	6 309 415,29	24 230 500,13	17 652 702,32	0,00	6 577 797,81
Outros ativos fixos tangíveis								
Terrenos e recursos naturais	66 061 247,53	0,00	0,00	66 061 247,53	66 735 805,03	0,00	0,00	66 735 805,03
Edifícios e outras construções	77 442 249,31	16 504 753,93	0,00	60 937 495,38	81 357 933,94	19 038 006,46	0,00	62 319 927,48
Equipamento básico	4 305 959,33	2 694 924,14	0,00	1 611 035,19	4 793 168,61	3 020 738,83	0,00	1 772 429,78
Equipamento de transporte	5 814 228,83	4 665 954,56	0,00	1 148 274,27	6 338 665,12	5 155 440,08	0,00	1 183 225,04
Equipamento administrativo	2 858 453,34	2 400 040,13	0,00	458 413,21	2 987 940,01	2 534 665,10	0,00	453 274,91
Outros	2 810 022,96	2 382 774,44	0,00	427 248,52	2 841 063,10	2 421 945,54	0,00	419 117,56
Ativos fixos tangíveis em curso	2 358 951,71	0,00	0,00	2 358 951,71	2 458 659,78	0,00	0,00	2 458 659,78
	161 651 113,01	28 648 447,20	0,00	133 002 665,81	167 513 235,59	32 170 796,01	0,00	135 342 439,58
TOTAL	286 832 110,05	64 227 353,94	0,00	222 604 756,11	296 315 274,31	71 030 263,94	0,00	225 285 010,37

ANEXO DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PRESTAÇÃO DE CONTAS INDIVIDUAL 2024



5.2 - Ativos tangíveis – quantia escriturada e variações do período.

Rubricas	Quantia escriturada inicial	Variações						Quantia escriturada final
		Adições	Transferencias internas	Revalorizações	Reversão de Perdas por imparidade	Depreciações do período	Diminuições	
Bens de domínio público, patrimônio histórico, artístico e cultural								
Terrenos e recursos naturais	16 069 987,28	193 022,19	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	16 263 009,47
Edifícios e outras construções	6 089 787,95	-16 187,04	154 760,00	0,00	0,00	-277 900,25	0,00	5 950 460,66
Infraestruturas	60 919 602,18	1 157 012,07	1 500 441,03	0,00	0,00	-2 560 008,08	0,00	61 017 047,20
Patrimônio histórico, artístico e cultural	58 537,60	457,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	58 994,60
Bens de domínio público em curso	154 760,00	75 261,05	-154 760,00	0,00	0,00	0,00	0,00	75 261,05
	83 292 675,01	1 409 565,27	1 500 441,03	0,00	0,00	-2 837 908,33	0,00	83 364 772,98
Ativos fixos em concessão								
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Infraestruturas	6 309 415,29	711 035,38	0,00	0,00	0,00	-442 652,86	0,00	6 577 797,81
Patrimônio histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos fixos em concessão em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	6 309 415,29	711 035,38	0,00	0,00	0,00	-442 652,86	0,00	6 577 797,81
Outros ativos fixos tangíveis								
Terrenos e recursos naturais	66 061 247,53	674 557,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	66 735 805,03
Edifícios e outras construções	60 937 495,38	2 074 010,98	2 340 474,65	0,00	0,00	-2 564 382,92	-467 670,61	62 319 927,48
Equipamento básico	1 611 035,19	416 959,82	100 524,50	0,00	0,00	-356 089,73	0,00	1 772 429,78
Equipamento de transporte	1 148 274,27	524 436,29	0,00	0,00	0,00	-489 485,52	0,00	1 183 225,04
Equipamento administrativo	458 413,21	169 915,03	0,00	0,00	0,00	-174 507,18	-546,15	453 274,91
Outros	427 248,52	52 570,34	42 150,37	0,00	0,00	-102 851,67	0,00	419 117,56
Ativos fixos tangíveis em curso	2 358 951,71	4 084 880,48	-3 985 172,41	0,00	0,00	0,00	0,00	2 458 659,78
	133 002 665,81	7 997 330,44	-1 502 022,89	0,00	0,00	-3 687 317,02	-468 216,76	135 342 439,58
TOTAL	222 604 756,11	10 117 931,09	-1 581,86	0,00	0,00	-6 967 878,21	-468 216,76	225 285 010,37

5.2A - Ativos tangíveis – adições.

Rubricas	Adições										Total
	Internas	Compra	Cessão	Transfer. ou troca	Expropriação	Doação	Dação em pagamento	Locação fin.	Fusão, cisão, ...	Outras	
Bens de domínio público, patrimônio histórico, artístico e cultural											
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	193 022,19	193 022,19
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-16 187,04	-16 187,04
Infraestruturas	0,00	52 636,78	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1 104 375,29	1 157 012,07
Patrimônio histórico, artístico e cultural	0,00	457,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	457,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Bens de domínio público em curso	0,00	75 261,05	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	75 261,05
	0,00	128 354,83	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1 281 210,44	1 409 565,27
Ativos fixos em concessão											
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Infraestruturas	0,00	711 035,38	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	711 035,38
Patrimônio histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos fixos em concessão em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	711 035,38	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	711 035,38
Outros ativos fixos tangíveis											
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	674 557,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	674 557,50
Edifícios e outras construções	0,00	205 841,12	0,00	2 023 672,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-155 502,64	2 074 010,98
Equipamento básico	0,00	418 545,35	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-1 585,53	416 959,82
Equipamento de transporte	0,00	491 262,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	33 174,29	524 436,29
Equipamento administrativo	0,00	171 507,47	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-1 592,44	169 915,03
Outros	0,00	52 570,34	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	52 570,34
Ativos fixos tangíveis em curso	0,00	4 084 880,48	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4 084 880,48
	0,00	5 424 606,76	0,00	2 698 230,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-125 506,32	7 997 330,44
TOTAL	0,00	6 263 996,97	0,00	2 698 230,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1 155 704,12	10 117 931,09

5.2B - Ativos tangíveis – diminuições.

Rubricas	Diminuições					Total
	Alienações a título oneroso	Transferência ou troca	Devolução ou Reversão	Fusão, cisão, reestruturação	Outras	
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural						
Infraestruturas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros ativos fixos tangíveis						
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00	-467 670,61	-467 670,61
Equipamento básico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamento de transporte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamento administrativo	0,00	0,00	0,00	0,00	-546,15	-546,15
Equipamentos biológicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos fixos tangíveis em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	-468 216,76	-468 216,76
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	-468 216,76	-468 216,76

5.4 - Ativos fixos tangíveis – totalmente depreciados que ainda estejam em uso

Em 31/12/2024 os bens totalmente depreciados em uso totalizam o valor de 18 183 418,97€.

Conta	Designação	Valor
4302	Edifícios e outras construções	463 530,41 €
4303	Infraestruturas	4 243 612,48 €
432	Edifícios e outras construções	2 778 911,48 €
433	Equipamento básico	2 306 368,74 €
434	Equipamento de transporte	4 118 585,21 €
435	Equipamento administrativo	2 220 832,77 €
437	Outros ativos fixos tangíveis	2 051 577,88 €
TOTAL		18 183 418,97 €

Nota 6 – Locações

A Câmara Municipal de Montijo tinha cinco contratos de locação em vigência em 2024.

Bens locados	Quantia escriturada líquida	Pagamentos efetuados acumulados				Futuros pagamentos mínimos			
		Período		Acumulado		Período		Acumulado	
		Capital	Juros	Capital	Juros	Capital	Juros	Capital	Juros
2 Viaturas Pesadas Recolha RSU	53 863,91 €	87 242,75 €	4 530,64 €	386 476,09 €	9 955,03 €	53 863,91 €	772,58 €		
3 Viaturas Ligeiras C/ Cabine Dupla	20 944,21 €	18 304,88 €	1 285,85 €	72 412,79 €	2 082,54 €	19 084,00 €	518,68 €	1 860,21 €	6,93 €
Total	74 808,12 €	105 547,63 €	5 816,49 €	458 888,88 €	12 037,57 €	72 947,91 €	1 291,26 €	1 860,21 €	6,93 €

Nota 7 - Custo de empréstimos obtidos

Informação no mapa de empréstimos.

Nota 9 – Imparidade de ativos

Os movimentos ocorridos em 2024 e 2023 encontram-se nos quadros seguintes:

Ativo	Natureza	31/12/2024			31/12/2023		
		Quantia bruta	Imparidade acumulada	Quantia recuperável	Quantia bruta	Imparidade acumulada	Quantia recuperável
Cientes, contribuintes e utentes	Gerador de caixa	1 918 809,98	1 339 749,49	579 060,49	1 674 268,64	1 288 924,44	385 344,20
Outros devedores	Gerador de caixa	39 308,22	7 263,04	32 045,18	38 113,67	7 263,04	30 850,63

Rubricas	Quantia escriturada inicial	Aumentos				Diminuições				Quantia escriturada final
		Reforços	Aumentos da quantia escriturada	Outros aumentos	Total aumentos	Utilizações	Reversões	Outros diminuições	Total diminuições	
Cientes, contribuintes e utentes	1 288 924,44	133 605,28			133 605,28		82 780,23		82 780,23	1 339 749,49
Outros devedores	7 263,04				0,00					7 263,04
TOTAL	1 296 187,48	133 605,28	0,00	0,00	133 605,28	0,00	82 780,23	0,00	82 780,23	1 347 012,53

Nota 13 - Rendimento de transações com contraprestação

a) Políticas contabilísticas e métodos adotados

O rendimento das vendas é reconhecido na demonstração de resultados:

- i. Quando os riscos e benefícios inerentes à posse dos ativos são transferidos para o comprador;
- ii. Quando deixa de existir um envolvimento continuado de gestão com grau geralmente associado com a posse;
- iii. Quando o montante dos réditos possa ser fiavelmente quantificado;
- iv. Quando seja provável que os benefícios económicos associados com a transação fluam para a entidade;
- v. Quando os custos incorridos ou a incorrer referentes à transação possam ser fiavelmente mensurados.

O rendimento das prestações de serviços é reconhecido na demonstração de resultados com referência à fase de acabamento da prestação de serviços à data do balanço.

O rendimento dos juros é reconhecido na demonstração de resultados através do método do juro efetivo.

O rendimento dos dividendos é reconhecido a partir do momento em que se estabelece o direito do acionista a receber o dividendo.

b) Quantia de cada categoria de rendimentos

	31/12/2024	31/12/2023
Tipo de transação com contraprestação	Rendimento do período reconhecido	Rendimento do período reconhecido
Prestações de Serviços	6 813 776,94	6 226 459,01
Venda de bens	8 462,00	0,00
Dividendos ou distribuições similares	13 165,96	13 155,21
Outros rendimentos	37 846,44	4 457,88
TOTAL	6 873 251,34	6 244 072,10

Dados conforme Balancete Analítico

Nota 14 - Rendimento de transações sem contraprestação

a) Políticas contabilísticas e métodos adotados

As transações sem contraprestação subdividem-se em impostos e transferências. Os impostos são benefícios económicos ou potencial de serviço obrigatoriamente pagos ou a pagar a entidades públicas, de acordo com disposições legais adequadas, criadas para proporcionar rendimento às administrações públicas. As transferências são influxos de benefícios económicos futuros ou potencial de serviço provenientes de transações sem contraprestação que não sejam impostos.

ANEXO DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PRESTAÇÃO DE CONTAS INDIVIDUAL 2024



b) Quantia de cada categoria de rendimentos

Tipo de transação sem contraprestação	31/12/2024				31/12/2023			
	Rendimento do período reconhecido em		Quantias por receber		Rendimento do período reconhecido em		Quantias por receber	
	Resultados	Património Líquido	Início do período	Final do período	Resultados	Património Líquido	Início do período	Final do período
Impostos diretos	11 955 704,10				11 348 163,52			
Impostos indiretos	15 856 506,47				14 465 138,83			
Taxas	2 266 825,82		124 805,90	172 252,47	2 123 473,99		98 469,60	124 805,90
Multas e outras penalidades	92 775,06		42 191,59	3 932,94	72 257,55		4 857,78	42 191,59
Transferências sem condição	15 727 048,36	2 512 933,46			13 649 777,56	1 716 082,49		
Transferências/Subsídios com condição	834 470,92	18 626 472,70			775 179,07	16 890 825,46		
Outros	1 058 675,80				464 956,03			
TOTAL	47 792 006,53	21 139 406,16	166 997,49	176 185,41	42 898 946,55	18 606 907,95	103 327,38	166 997,49

Dados conforme Balancete Analítico

Nota 15 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

15.1 - Provisões

As provisões são reconhecidas quando se verifica cumulativamente as seguintes situações:

- Exista uma obrigação presente como resultado de um acontecimento passado;
- Seja provável que um exfluxo de recursos que incorpore benefícios económicos que será necessário para liquidar a obrigação;
- Possa ser efetuada uma estimativa fiável da quantia da obrigação.

Relativamente aos diversos processos judiciais que se encontram em curso, após reapreciação jurídica para efeitos de prestação anual das contas, foi reduzida a provisão para outros riscos e encargos, que se estima suficiente para fazer face a eventuais indemnizações de processos onde existe um risco de ocorrerem decisões desfavoráveis ao Município.

Foi ainda ajustada a provisão relativa a acidentes de trabalho e doenças profissionais.

Rubricas	Quantia escriturada inicial	Aumentos				Diminuições				Quantia escriturada final
		Reforços	Aumentos da quantia escriturada	Outros aumentos	Total aumentos	Utilizações	Reversões	Outros diminuições	Total diminuições	
Provisões										
Processos judiciais em curso	123 277,73				0,00		2 467,58	0,00	2 467,58	120 810,15
Acidentes de trabalho e doenças profissionais	307 763,57	49 181,52			49 181,52				0,00	356 945,09
TOTAL	431 041,30	49 181,52	0,00	0,00	49 181,52	0,00	2 467,58	0,00	2 467,58	477 755,24

15.2 – Passivos Contingentes

- i. Obrigações possíveis, que carecem de confirmação se a entidade tem ou não uma obrigação presente que possa conduzir a um exfluxo de recursos incorporando benefícios económicos ou potencial de serviço; ou
- ii. Obrigações presentes, que não satisfazem os critérios de reconhecimento da NCP 15 (por isso não são reconhecidos sob a forma de provisão), quer porque não é provável que seja exigido um exfluxo de recursos incorporando benefícios económicos ou potencial de serviço para extinguir a obrigação, quer porque não pode ser feita uma estimativa suficientemente fiável da quantia da obrigação.

Apresentam-se assim os processos judiciais em curso sobre os quais foi efetuada uma apreciação jurídica de risco, e constituídas as respetivas provisões pelos valores indicados. Relativamente aos processos onde não se verifique as condições para reconhecimento de provisão, são apresentados os mesmos para os efeitos de divulgação dos passivos contingentes.

Entidade	Processo	Valor da Ação	Observações	Valor Provisão
Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa, Juízo Central Cível de Almada (Juiz 3)	Processo -Direitos de Propriedade	7 673,96	Estado em 31/12/2024 e actual: Apresentada a contestação, aguardando-se os ulteriores termos do processo.	7 673,96
Tribunal Administrativo e Fiscal de Almada (Unidade Orgânica 2)	Processo n.º 504/16.3BEALM	11 250,00	Estado em 31/12/2024 e actual: Setença de procedência da oposição proferida em 27/03/2023. Apresentação de alegações de recurso em 08/05/2023, encontrando-se no Tribunal Central Administrativo Sul a aguardar acórdão.	11 250,00
Tribunal Administrativo e Fiscal de Almada (Unidade Orgânica 2)	Processo n.º 407/18.7BEALM	13 849,43	Estado em 31/12/2024 e actual: Setença de absolvição da instância proferida em 11/11/2022 objeto de recurso apresentado pelas Autoras encontrando-se no Tribunal Central Administrativo Sul a aguardar acórdão.	13 849,43
Tribunal Administrativo e Fiscal de Almada (Unidade Orgânica 1)	Processo n.º 510/19.6BEALM	7 869,22	Estado em 31/12/2024 e actual: E 17/06/2024 foi preferido despacho saneador, tendo, por despacho 05/03/2025 sido designado o dia 01/04/2025 para realização da audiência de julgamento.	7 869,22
Tribunal Administrativo e Fiscal de Almada (Unidade Orgânica 1)	Processo n.º 427/21.4BEALM	2 376,23	Estado em 31/12/2024 e actual: Contestação apresentada em 29/09/2021 estando a aguardar despacho saneador.	2 376,23
Tribunal Administrativo e Fiscal de Almada (Unidade Orgânica 1)	Processo n.º 3476/23.4BELSB	2 113,00	Estado em 31/12/2024: Transitado em julgado do saneador-sentença.	2 113,00
Tribunal Administrativo e Fiscal de Almada (Unidade Orgânica 2)	Processo n.º 662/24.3BEALM	46 368,75	Estado em 31/12/2024: Citação em 11/10/2024, estando a decorrer prazo para apresentação de contestação.	46 368,75
Tribunal Administrativo e Fiscal de Almada (Unidade Orgânica 1)	Processo n.º 754/24.9BEALM	1 979,56	Estado em 31/12/2024: Contestação apresentada em 15/12/2024.	1 979,56
Autoridade Para as Condições do Trabalho – Unidade	Processo de contraordenação n.º 031001164	9 180,00	Estado em 31/12/2024 e actual: Aguarda decisão	9 180,00
Autoridade Para as Condições do Trabalho – Unidade	Processo de contraordenação n.º 031100574	1 530,00	Estado em 31/12/2024 e actual: Aguarda decisão	1 530,00
Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária	Processo de contraordenação Auto n.º 904299295/E.A. 220150910	300,00	Estado em 31/12/2024 e actual: Aguarda decisão	300,00
Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária	Processo de contraordenação Auto n.º 905359062/E.A. 220150910	60,00	Estado em 31/12/2024 e actual: Aguarda decisão	60,00
Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária	Processo de contraordenação Auto n.º 912172843/E.A. 231100000	60,00	Estado em 31/12/2024 e actual: Aguarda decisão	60,00
Inspecção-Geral do Ambiente	Processo de contraordenação n.º CO/000483/11	15 000,00	Estado em 31/12/2024 e actual: Aguarda decisão	15 000,00
Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária	Processo de contraordenação Auto n.º 2 74307138	600,00	Estado em 31/12/2024 e actual: Aguarda decisão	600,00
Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária	Processo de contraordenação Auto n.º 2 74307146	300,00	Estado em 31/12/2024 e actual: Aguarda decisão	300,00
Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária	Processo de contraordenação Auto n.º 413852768	120,00	Estado em 31/12/2024 e actual: Aguarda decisão	120,00
Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária	Processo de contraordenação Auto n.º 413852750	180,00	Estado em 31/12/2024 e actual: Impugnação judicial da decisão de aplicação de coima de 180,00€ e de apreensão de veículo em 04/01/2023, estando a aguardar pronúncia de entidade autuante e remessa para o tribunal.	180,00
TOTAL				120 810,15 €

15.3 - Acidentes de trabalho e doenças profissionais

O montante relativo à provisão dos acidentes de trabalho e doenças profissionais estão desagregados de acordo com o seguinte quadro:

Acidentes de trabalho e doenças profissionais			
Idade	Valor da Pensão	Valor da Pensão anual	Montante da Provisão
55 anos	87,92 €	1 230,88 €	27 284,48 €
61 anos	102,85 €	1 439,90 €	28 225,85 €
70 anos	298,18 €	4 174,52 €	53 263,63 €
55 anos	32,28 €	451,92 €	9 101,77 €
58 anos	398,10 €	5 573,40 €	103 042,26 €
75 anos	19,47 €	272,58 €	3 282,77 €
66 anos	111,32 €	1 558,48 €	23 076,68 €
70 anos	55,65 €	779,10 €	11 536,27 €
67 anos	47,74 €	668,36 €	10 756,06 €
65 anos	80,82 €	1 131,48 €	19 596,44 €
61 anos	173,21 €	2 424,94 €	47 535,24 €
68 anos	53,58 €	750,12 €	12 071,84 €
68 anos	36,27 €	507,78 €	8 171,80 €
Total			356 945,09 €

Nota 17 – Acontecimento após a data de relato

À data de emissão do relatório e contas, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 não existem eventos que impliquem ajustamentos nas demonstrações financeiras em anexo.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

Nota 18 – Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado menos perdas por imparidade expressam os valores a seguir apresentados.

18.1 – Ativos Financeiros

ANEXO DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PRESTAÇÃO DE CONTAS INDIVIDUAL 2024



Quantias escrituradas de cada uma das categorias de ativos financeiros			31.12.2024			31.12.2023		
			Quantias brutas	Imparidades acumuladas	Quantias escrituradas	Quantias brutas	Imparidades acumuladas	Quantias escrituradas
Ativos financeiros	Ativos financeiros ao custo amortizado menos imparidade	- Dev. por transf. e sub. não reemb.	12 868,38		12 868,38	-		-
		Cientes, contribuintes e utentes						
		- Clientes c/c	131 016,59		131 016,59	9 566,15		9 566,15
		- Contribuintes	10 099,57		10 099,57	44 311,88		44 311,88
		- Utentes	172 284,97		172 284,97	125 056,84		125 056,84
		- Cobrança duvidosa	1 592 540,47	1 339 749,49	252 790,98	1 495 333,77	1 288 924,44	206 409,33
		Outros ativos						
		- Pessoal	226,69		226,69	226,69		226,69
		- Devedores diversos	9 714,91		9 714,91	28 094,16		28 094,16
		- Outros ativos financeiros	13 278 965,24	7 263,04	13 271 702,20	14 004 116,55	7 263,04	13 996 853,51
		- Gastos a reconhecer	384 323,54		384 323,54	498 502,64		498 502,64
		Participações financeiras	22 334 745,06		22 334 745,06	23 092 722,58		23 092 722,58
		Subtotais	37 926 785,42		36 579 772,89	39 297 931,26		39 297 931,26
		Totais	37 926 785,42	1 347 012,53	36 579 772,89	39 297 931,26	1 296 187,48	38 001 743,78

Os devedores por acréscimos e outros devedores desagregam-se em:

Outras contas a receber	31/12/2024	31/12/2023
Ativo não corrente	9 714,91	28 094,16
Outros devedores	9 714,91	28 094,16
Ativo corrente	13 271 928,89	13 997 080,20
Devedores e credores por acréscimo(periodização económica)	13 249 371,93	13 966 441,75
- Impostos e taxas imputadas ao período	11 784 914,12	13 189 784,68
- Outros acréscimos de rendimentos	1 464 457,81	776 657,07
Outros devedores	22 556,96	30 638,45
Totais	13 281 643,80	14 025 174,36

As participações financeiras detidas, mensuradas ao custo refletem as seguintes participações:

	31/12/2024	Aumento	Redução	31/12/2023
Participações financeiras				
Serviços Municipalizados	20 136 025,75		702 774,38	20 838 800,13
AFPDM - Associação Formação Profissional e Desenvolvimento do Montijo	89 327,80		56 438,25	145 766,05
Simarsul, S.A.	1 127 290,00			1 127 290,00
Amarsul	233 045,00			233 045,00
Rede Dinamica XXI	5 000,00			5 000,00
S. Energia	23 201,51	1 235,11		21 966,40
Fundo de Apoio Municipal	720 855,00			720 855,00
TOTAIS	22 334 745,06	1 235,11	759 212,63	23 092 722,58

18.2 – Passivos Financeiros

ANEXO DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PRESTAÇÃO DE CONTAS INDIVIDUAL 2024



Quantias escrituradas de cada uma das categorias de passivos financeiros				31.12.2024			31.12.2023		
				Quantias brutas	Imparidades acumuladas	Quantias escrituradas	Quantias brutas	Imparidades acumuladas	Quantias escrituradas
Passivos financeiros	Passivos financeiros mensurados ao justo valor por contrapartida em resultados	Fornecedores		247 812,04		247 812,04	2 065,17		2 065,17
		Outros passivos							
		- Estado e out.ent.públicos		451 771,81		451 771,81	435 463,61		435 463,61
		- Fornecedores de investimentos		8 865,81		8 865,81			-
		- Cred. por acréscimos		3 762 619,26		3 762 619,26	3 600 363,03		3 600 363,03
		- Credores diversos		1 010 264,98		1 010 264,98	983 196,10		983 196,10
		- Rendimentos a reconhecer		6 048 462,01		6 048 462,01	4 978 442,72		4 978 442,72
		Financiamentos obtidos		1 317 669,15		1 317 669,15	1 870 836,46		1 870 836,46
		Subtotais		12 847 465,06		12 847 465,06	11 870 367,09		11 870 367,09
		Totais		12 847 465,06		12 847 465,06	11 870 367,09		11 870 367,09

Os fornecedores resultam da atividade normal da Câmara Municipal.

Os credores por acréscimos e credores diversos desagregam-se de acordo com as seguintes componentes:

Outras contas a pagar	31/12/2024	31/12/2023
Passivo não corrente	981 449,40	955 540,81
- Cauções	981 449,40	955 540,81
Passivo corrente	3 791 434,84	3 628 018,32
- Credores por acréscimos de gastos	3 762 619,26	3 600 363,03
- Remunerações a Liquidar	2 984 172,39	2 756 255,74
- Outros acréscimos de gastos	778 446,87	844 107,29
- Outros credores	28 815,58	27 655,29
- Operações de Tesouraria	28 815,58	27 655,29
Totais	4 772 884,24	4 583 559,13

Ao nível dos financiamentos obtidos e tal como acima foi referido agregam-se nos termos seguintes:

Financiamentos	31.12.2024			31.12.2023		
	Passivo Corrente	Passivo Não Corrente	TOTAL	Passivo Corrente	Passivo Não Corrente	TOTAL
Empréstimos bonificados	101 091,62 €	102 599,11 €	203 690,73 €	99 167,66 €	203 692,57 €	302 860,23 €
- CGD/IHRU	101 091,62 €	102 599,11 €	203 690,73 €	99 167,66 €	203 692,57 €	302 860,23 €
Empréstimos financiamento	284 546,63 €	754 623,67 €	1 039 170,30 €	300 173,22 €	1 039 593,85 €	1 339 767,07 €
- CGD	159 415,77 €	613 496,20 €	772 911,97 €	151 067,11 €	773 092,09 €	924 159,20 €
- BPI	125 130,86 €	141 127,47 €	266 258,33 €	119 932,26 €	266 501,76 €	386 434,02 €
- Santander Totta, SA			- €	29 173,85 €		29 173,85 €
Locações Financeiras	72 947,91 €	1 860,21 €	74 808,12 €	155 434,21 €	72 774,95 €	228 209,16 €
TOTAL	458 586,16 €	859 082,99 €	1 317 669,15 €	554 775,09 €	1 316 061,37 €	1 870 836,46 €

O horizonte temporal dos financiamentos obtidos, enquadram-se nos seguintes exercícios futuros:

ANOS	CGD/IHRU	CGD	BPI
2025	101 091,62 €	159 415,77 €	125 130,86 €
2026	102 599,11 €	166 699,80 €	102 344,89 €
2027		173 431,07 €	38 782,58 €
2028		180 434,15 €	
2029		92 931,18 €	
Totais	203 690,73 €	772 911,97 €	266 258,33 €

Nota 19 – Benefícios dos empregados

a) Indicadores de referência

Recursos humanos	2024	2023
Número de trabalhadores no final do período	984	1 000
Número médio de trabalhadores ao longo do período	997	989
Idade média dos trabalhadores	51	50
Antiguidade média dos trabalhadores	15 anos	14 anos
Horas de formação totais	3 904	1 748
Média de horas de formação por trabalhador	4h	177h
Gastos com o pessoal	20 271 899,96	18 383 003,84
Gastos médios por trabalhador	20 601,52	18 383,00
Taxa geral de absentismo	11,10%	11,30%
Total de acidentes de trabalho	52	77
Média de acidentes de trabalho por trabalhador	0,05	0,07

b) Os gastos com o pessoal apresentam a seguinte evolução

Gastos com o pessoal	2024	2023
Remunerações Órgãos Autárquicos	189 779,90	162 291,83
Remunerações do pessoal	16 425 043,46	15 352 018,47
- Remunerações base	12 161 619,31	11 396 355,53
- Subsídios de férias	1 213 071,46	1 173 238,30
- Subsídios de Natal	1 006 686,82	949 969,03
- Despesas de representação	20 432,69	19 807,53
- Subsídio de refeição	1 311 925,08	1 218 864,18
- Trabalho extraordinário	325 540,92	238 649,85
- Trabalho em regime de turnos	259 338,10	233 550,57
- Abono para falhas	19 476,03	19 863,12
- Ajudas de custo	4 191,69	4 147,22
- Vestuário e artigos pessoais	0,00	
- Outros suplementos	102 761,36	97 573,14
Pensões	7 335,22	6 678,38
Indemnizações	109 678,98	78 485,70
Encargos s/ Remunerações	3 580 414,30	3 341 284,74
Seguros de acid. trab e doenças profis.	304 489,11	259 972,64
Outros gastos com o pessoal	131 308,40	664 071,34
Outros encargos sociais	56 458,37	52 651,44
Totais	20 804 507,74	19 917 454,54

Nota 20 - Divulgações de partes relacionadas

Nos quadros seguintes indica-se o controlo da Câmara Municipal de Montijo nas suas participadas e as transações entre partes relacionadas.

20.1 - Listagem de entidades controladas

Designação	Sede	% Cotrolo	
		Direto	Indireto
Serviços Municipalizados de Água e Saneamento	AV.ª DOS PESCADORES 2870-114 Montijo	100,0%	
AFPDM - Associação Formação Profissional e Desenvolvimento do Montijo	RUA JOSÉ DE ALMADA NEGREIROS, Nº. 217 2870-442 Montijo	12,5%	

ANEXO DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PRESTAÇÃO DE CONTAS INDIVIDUAL 2024



20.2 – Transações entre partes relacionadas

Município de Montijo / SMAS

Tipo de Fluxos	Obrigações / Pagamentos					Direitos / Recebimentos				
	Saldo inicial	Obrigações constituídas no exercício	Anulações no exercício	Pagamentos do exercício	Saldo final	Saldo inicial	Direitos constituídos no exercício	Anulações no exercício	Recebimentos do exercício	Saldo final
Transferências	- €	660 039,19 €	- €	660 039,19 €	- €	- €	- €		- €	- €
Operações de Tespuraria	- €	11 703,79 €	- €	11 703,79 €	- €	- €	224,34 €	- €	224,34 €	- €
Relações Comerciais	- €	136 686,99 €	4 100,23 €	131 599,37 €	987,39 €	- €	3 288 873,62 €	- €	3 288 873,62 €	- €
Total	- €	808 429,97 €	4 100,23 €	803 342,35 €	987,39 €	- €	3 289 097,96 €	- €	3 289 097,96 €	- €

Município de Montijo / S. Energia

Tipo de Fluxos	Obrigações / Pagamentos					Direitos / Recebimentos				
	Saldo inicial	Obrigações constituídas no exercício	Anulações no exercício	Pagamentos do exercício	Saldo final	Saldo inicial	Direitos constituídos no exercício	Anulações no exercício	Recebimentos do exercício	Saldo final
Transferências	- €	50 076,00 €	- €	50 076,00 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Relações Comerciais	- €	2 952,00 €	- €	2 952,00 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Total	- €	53 028,00 €	- €	53 028,00 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €

Município de Montijo / AFPDM

Tipo de Fluxos	Obrigações / Pagamentos					Direitos / Recebimentos				
	Saldo inicial	Obrigações constituídas no exercício	Anulações no exercício	Pagamentos do exercício	Saldo final	Saldo inicial	Direitos constituídos no exercício	Anulações no exercício	Recebimentos do exercício	Saldo final
Transferências	0,00	525 800,84	0,00	525 800,84	0,00	- €	- €	- €	- €	- €
Total	0,00	525 800,84	0,00	525 800,84	0,00	- €	- €	- €	- €	- €

Nota 23 – Outras divulgações

23.1 – Alterações no Património Líquido

Rubricas	31/12/2023	Aplicação dos resultados	Reposição subsídios	Resultado do exercício	Outros movimentos	31/12/2024
51 - Património	66 939 524,14					66 939 524,14
55 - Reservas	1 900 674,94	0,00			0,00	1 900 674,94
- Reservas legais	1 900 674,94					1 900 674,94
56 - Resultados transitados	153 362 783,18	(241 085,27)			0,00	153 121 697,91
- Resultados transitados	29 817 519,37	(241 085,27)				29 576 434,10
- Ajustamentos de transição POCAL/SNC-AP	123 545 263,81					123 545 263,81
57 - Ajust.em ativos financeiros	22 220 653,83				(81 914,82)	22 138 739,01
- Relacionados com o MEP	22 220 653,83				(81 914,82)	22 138 739,01
59 - Outras variações no património líquido	18 765 728,29		0,00		2 565 672,50	21 331 400,79
- Transferências e subsídios de capital	16 890 825,46		0,00		1 735 647,24	18 626 472,70
- Ativos depreciables	16 890 825,46				1 735 647,24	18 626 472,70
- Outras transferências, sub.capital	1 716 082,49				796 850,97	2 512 933,46
- FEF Capital	1 024 593,91				108 226,78	1 132 820,69
- Artº 35º, nº 3, Lei nº 73/2013	691 488,58				688 624,19	1 380 112,77
- Doações obtidas	158 820,34					158 820,34
- Transferências de ativos	0,00				33 174,29	33 174,29
88 - Resultados líquido do exercício	(241 085,27)	0,00	0,00	(1 445 151,22)		-1 686 236,49
TOTAL	262 948 279,11		0,00	(1 445 151,22)	2 483 757,68	263 745 800,30

As variações no património líquido no exercício de 2024, apresentam as seguintes operações:

1. Transferência do resultado líquido do período de 2023, para resultados transitados;
2. Reconhecimento do resultado líquido do período de 2024, cuja aplicação será proposta no relatório de gestão;

23.2 – Subsídios ao investimento

A execução dos projetos durante o quadro comunitário em vigor apresenta a seguinte estrutura:

Nº Projeto	Aviso	Data Cand.	Designação	Investimento
14734	01/C21-i12/2024	29/07/2024	Descarbonização dos Transportes públicos	272 000,00 €
13642	09/C03-i02/2024	28/11/2024	Acessibilidades 360	8 615,00 €
11271	07/C03-i02/2024	23/05/2024	Acessibilidades 360	15 350,00 €
10456	01/C06-i09.03/2023	27/03/2024	Modernização dos Estabelecimentos	15 913 594,50 €
5559	05/C03-i02/2023	27/11/2023	Acessibilidades 360	2 935,00 €
4649	05/C03-i02/2023	28/09/2023	Acessibilidades 360	4 050,19 €
3552	08/C04-i01/2022	29/06/2022	Redes Culturais e Transição Digital	150 000,00 €
1114	03/C03-i02/2022	26/07/2022	Acessibilidades 360	2 624,11 €
1109	02/C03-i06.02/2022	22/07/2022	Comunidades Desfavorecidas Montijo	2 750 000,84 €
1108	02/C03-i06.02/2022	22/07/2022	Comunidades Desfavorecidas Pegões e	3 252 808,91 €
476	02/C03-i02/2021	10/05/2022	Acessibilidades 360	26 000,00 €
283	07/C19-i01.01/2021	24/02/2022	Reformulação do Atendimento dos	799 118,49 €
RE-CO3-I01	07-CO3-101-2023	01/01/2024	Radar Social - Criação de Equipas para Projecto Piloto	318 702,08 €
60721	2/CO2-i02/2021		Bolsa Nacional de Alojamento Urgente e Temporário	- €
61578	01/CO2-i01/2021		Programa de Apoio ao Acesso à Habitação	- €

23.3 – Rendimentos e ganhos

Durante os anos de 2024 e 2023, a totalidade dos rendimentos e ganhos, classificados por natureza, ascenderam aos seguintes montantes:

RENDIMENTOS E GANHOS	2024	2023
70 Impostos, contribuições e taxas	30 171 811,45	28 009 033,89
71 Vendas	8 462,00	
72 Prestações de serviços e concessões	6 813 776,94	6 226 459,01
75 Transferências e subsídios correntes obtidos	15 716 500,11	13 600 237,87
76 Reversões	85 247,81	236,52
78 Outros rendimentos	1 856 293,60	1 293 896,15
79 Juros, dividendos e out.rendimentos	13 165,96	13 155,21
Totais	54 665 257,87	49 143 018,65

Dados conforme Balancete Analítico

23.4 – Gastos e perdas

Durante os anos de 2024 e 2023, a totalidade dos gastos e perdas, classificados por naturezas, ascenderam aos seguintes montantes:

GASTOS E PERDAS	2024	2023
60 Transferências e subsídios concedidos	9 306 685,01	6 384 361,64
62 Fornecimentos e serviços externos	15 878 454,56	13 712 240,52
63 Gastos com o pessoal	20 804 507,74	19 917 454,54
64 Gastos de depreciação e de amortização	6 901 180,65	6 666 051,72
65 Perdas por imparidade	133 605,28	287 367,05
67 Provisões	49 181,52	40 360,98
68 Outros gastos	3 182 645,86	2 297 112,40
69 Gastos por juros e outros encargos	95 233,74	79 155,07
Totais	56 351 494,36	49 384 103,92

Dados conforme Balancete Analítico

23.5-Rendimentos/Gastos

No quadro infra apresentam-se discriminados os montantes por conta que, na Demonstração de Resultados, se encontram apresentados pelo valor líquido. Em consequência, os quadros anteriormente mencionados (2.3 e 2.4) encontram-se em conformidade com o balancete analítico.

Descrição		Rendimentos	Gastos	Total
768/685	Rendimentos/Gastos imputados de entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos	2 445,97	(678 508,67)	(676 062,70)
762/65	Imparidade de dívidas a receber (perdas e reversões)	82 780,23	(133 605,28)	(50 825,05)
763/67	Provisões(aumentos e reduções)	2 467,58	(49 181,52)	(46 713,94)
78	Outros rendimentos	1 853 847,63		1 853 847,63
68	Outros Gastos		(2 504 137,19)	(2 504 137,19)

23.6 - Transferências e Subsídios concedidos

TRANSFERÊNCIAS E SUBSÍDIOS CONCEDIDOS	2024	2023
Transferências correntes concedidas		
- Estado		
- Administração Local	4 402 706,42	2 290 826,00
- Instituições sem fins lucrativos	3 682 847,38	3 029 404,66
- Famílias	80 714,45	51 563,71
- Outras	596 323,67	663 889,38
Subtotal	8 762 591,92	6 035 683,75
Transferências capital concedidas		
- Administração Local		
- Instituições sem fins lucrativos	544 093,09	348 677,89
Subtotal	544 093,09	348 677,89
Totais	9 306 685,01	6 384 361,64

23.7- Fornecimentos e serviços externos

Esta componente dos gastos, durante os anos de 2024 e 2023, apresenta o seguinte desenvolvimento:

ANEXO DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PRESTAÇÃO DE CONTAS INDIVIDUAL 2024

Fornecimentos e serviços externos		2024	2023
621	Subcontratos e parcerias	2 954 860,97	2 225 283,50
	- Serviços de Saúde	42 200,95	32 298,27
	- Serv.Recolha e Trat.Dep.Resíduos	2 912 659,52	2 042 395,18
	- serviço de transportes	0,50	150 590,05
622	Serviços especializados	5 977 312,91	4 994 840,86
	- Trabalhos especializados	3 708 899,48	3 263 137,92
	- Publicidade comunicação e imagem	63 325,73	90 882,70
	- Vigilância e segurança	454 356,70	231 791,31
	- Honorários	236 864,92	139 375,12
	- Comissões de cobrança de impostos e taxas	510 768,75	520 635,50
	- Conservação e reparação	1 003 097,33	745 761,14
	- Outros serviços especializados	0,00	3 257,17
623	Materiais de consumo	355 451,10	382 354,14
	- Peças, ferramentas e utensílios de desgaste rápido	34 801,83	32 235,32
	- Livros e documentação técnica	0,00	762,60
	- Material de escritório	38 985,29	43 835,51
	- Artigos para oferta e de publicidade e divulgação	40 045,48	44 927,08
	- Material de educação cultura e recreio	35 195,52	5 088,07
	- Artigos de higiene e limpeza, vestuário e artigos pessoais	190 403,76	193 063,61
	- Medicamentos e artigos para a saúde	4 569,94	5 751,14
	- Outros fornecimentos e serviços	11 449,28	56 690,81
624	Energia e fluídos	2 642 529,45	2 819 534,35
	- Electricidade	1 970 218,80	2 106 757,63
	- Combustíveis e lubrificantes	544 189,74	602 600,77
	- Outros	128 120,91	110 175,95
625	Deslocações, estadas e transportes	24 165,42	17 499,74
	- Deslocações e estadas	24 165,42	17 499,74
626	Serviços diversos	3 924 134,71	3 272 727,93
	- Rendas e alugueres	1 174 035,19	1 034 791,83
	- Comunicação	107 180,03	96 414,03
	- Seguros	138 447,73	83 776,74
	- Despesas de representação dos serviços	1 603,62	1 798,70
	- Limpeza, higiene e conforto	132 617,84	25 010,82
	- Outros serviços	2 370 250,30	2 030 935,81
Totais		15 878 454,56	13 712 240,52

23.8 – Diferimentos Ativos

Os diferimentos ativos, à data de 31/12/2024 e 31/12/2023, são os seguintes:

Diferimentos ativos	31/12/2024	31/12/2023
Gastos a reconhecer		
- Seguros	71 667,91	187 603,51
- Outros (Materiais de Consumo)	312 655,63	310 899,13
Totais	384 323,54	498 502,64

23.9 - Diferimentos passivos

Os diferimentos passivos, à data de 31/12/2024 e 31/12/2023, são os seguintes:

Diferimentos passivos	31/12/2024	31/12/2023
Rendimentos a reconhecer	6 048 462,01	4 978 442,72
- Transferências e subsídios de capital obtidos com condições	2 353 017,75	1 222 670,50
- <i>FEDER</i>	2 353 017,75	1 222 670,50
- Outros	3 695 444,26	3 755 772,22
Totais	6 048 462,01	4 978 442,72